

publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, subdelego no Comandante do Pessoal a competência para:

a) No âmbito do Comando do Pessoal, autorizar despesas com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de 5.000 euros;

b) Autorizar o uso de condecorações estrangeiras a militares do Exército, com exceção de Oficiais Gerais e Coronéis tirocinados, nos termos do artigo 64.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro.

4 — As competências referidas nos n.ºs 1 e 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos diretores, comandantes e chefes na dependência direta do Ajudante-General do Exército, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, diretores ou chefes dos estabelecimentos e órgãos, bem como nos chefes de repartição e gabinete de apoio, que se encontrem na respetiva dependência direta.

5 — São ratificados todos os atos praticados pelo Ajudante-General do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 8 de julho de 2017 e até à publicação do mesmo.

14 de julho de 2017. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

310656014

JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 7003/2017

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 28 de abril de 2017 e obtida a anuência do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, foi autorizada, ao abrigo do n.º 3 do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, a consolidação da mobilidade na categoria, do assistente operacional Ricardo Miguel Esperança Varella, integrando um posto de trabalho do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, mantendo a situação remuneratória detida no serviço de origem — 1.ª posição remuneratória, 1.º nível remuneratório da tabela remuneratória única, sendo celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de maio de 2017.

20 de julho de 2017. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

310658786

Despacho (extrato) n.º 7004/2017

Por meu despacho de 20 de abril de 2017, e nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, autorizei a renovação da comissão de serviço da licenciada Maria do Rosário Lagarto Pereira no cargo de diretora de serviços de Recursos Humanos, Planeamento e Organização da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a 30 de junho de 2017.

A renovação da comissão de serviço fundamenta-se na avaliação que, relativamente ao período considerado, é efetuada, tanto em termos de avaliação de desempenho como dos resultados obtidos e na tradução e evidências no QUAR, no relatório de atividades da SGMJ, bem como no relatório apresentado nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente.

20 de julho de 2017. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

310658712

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 7005/2017

Por ser possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções, como se evidencia na respetiva súmula curricular abaixo publicada, por despacho de 2017.07.14 de Sua Excelência a Ministra da Justiça, proferido ao abrigo do disposto nos artigos 38.º e 43.º, n.º 2 alínea c) e n.º 6 da Lei n.º 37/2008 de 6 de agosto, foi nomeado Diretor da Unidade de Cooperação Internacional da Polícia Judiciária, em comissão de

serviço, o Mestre António Gabriel Costa de Sintra, com produção de efeitos a 15 de julho de 2017.

Nota Curricular

Dados biográficos:

Nome: António Gabriel Costa de Sintra
Data de nascimento: 16 de julho de 1957
Naturalidade: Campo Grande — Lisboa

Funções: Coordenador de Investigação Criminal
Habilitações académicas:

Mestrado em Direito e Segurança — Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (média final 16 valores).

Licenciatura em Políticas de Segurança — Universidade Lusíada de Lisboa (média final 17 valores).

Situação profissional atual:

Responsável pelo Departamento de Investigação Criminal de Leiria da Polícia Judiciária desde 01 de novembro de 2012.

Percurso e experiência profissional:

Curso de Formação de Agentes Estagiários (1982).

Curso de Formação de Subinspetores (1988).

Curso de Formação de Coordenadores de Investigação Criminal (2008).

Desempenho de funções em unidades orgânicas dedicadas à prevenção, deteção e investigação de criminalidade organizada transnacional, essencialmente tráfico de estupefacientes e branqueamento, atuações encobertas, operações tecnológicas e especiais, bem como coordenação de investigações no âmbito de criminalidade violenta, especialmente violenta e altamente organizada.

Representação institucional da PJ

Reuniões operacionais em diferentes Estados, Interpol, Europol e Eurojust (1985-2017); *International Working Group on Police Undercover Operations* (2000-2006); *Pompidou Group/Cooperation Group of Drug Control Services at European Airports and in General Aviation* (2008-2012); *Paris Pact Initiative/Expert Round Table on Western Europe* (2009); Sistema Nacional de Facilitação e Segurança da Aviação Civil FAL/SEC (2009-2013); *UE High Level Expert Group/Working Group for the elaboration of a framework aimed at reducing drug supply on a world-wide scale* (2011); *AIRPOL/Security at European Airports* (2011-2014); Conselhos Municipais de Segurança de Leiria e de Tomar (2014-2017).

Outros elementos:

Participação em inúmeros seminários, conferências e cursos, nomeadamente: *Assets Forfeiture and Financial Investigations — Drug Enforcement Administration (DEA)*; *Stage Européen de Lutte Contre le Trafic de Stupéfiants* — Programa Falcone/Comissão Europeia; *National Undercover Training and Assessment Course — Metropolitan Police/Scotland Yard*; Curso Direito Internacional — Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Curso Gestão Civil de Crises — Instituto da Defesa Nacional; Pós-Graduação em Problemas Jurídicos da Droga e Toxicodependência — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Formador, orador e moderador em seminários e outros eventos na Escola de Polícia Judiciária, Centro de Estudos Judiciários, *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), congéneres policiais nacionais e estrangeiras, instituições académicas e outras.

Gestor de equipa de projeto “atuações encobertas na PJ” (2000). Membro da equipa de projeto internacional, representante permanente na comissão instaladora e componente da delegação interministerial para o acordo *Maritime Analysis and Operations Centre/Narcotics/MAOC-N* (2007).

Publicação de artigos académicos no Livro do Congresso Nacional de Segurança e Defesa, Revista Lusíada e Revista Investigação Criminal/ASFIC sobre a temática “Técnicas especiais de investigação criminal/liberdade, segurança e justiça”.

Agraciado com mais de três dezenas de distinções e louvores por entidades oficiais, nacionais e estrangeiras.

Ao longo da carreira foi sempre classificado com *Muito Bom*.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de julho de 2017. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

310655715